

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Delação de Geddel é principal fator de risco contra Temer na Câmara](#)..... 2

Valor Econômico

[Título: Em meio a queixas sobre céus abertos e etanol, Temer e Trump se reúnem nos EUA](#) 8

[Título: Energia limpa facilita transição de modelo](#)..... 12

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: Delação de Geddel é principal fator de risco contra Temer na Câmara..... 2

Título: Odebrecht vende fatia de negócio na Argentina..... 4

VEÍCULO: Folha de S. Paulo5

Título: Montadoras ampliam investimentos para carros elétricos..... 5

VEÍCULO: Correio Braziliense.....6

Título: Ouro de tolo: RENCA e o futuro da Amazônia 6

VEÍCULO: Valor Econômico8

Título: Em meio a queixas sobre céus abertos e etanol, Temer e Trump se reúnem nos EUA 8

Título: Presidente deve fazer substituição na Aneel..... 10

Título: Energia limpa facilita transição de modelo..... 12

Título: Saúde, educação e os recursos do petróleo 13

Título: Balanço da Usiminas ganha maior robustez e ações disparam no ano..... 16

Título: Refinarias da Petrobras são atrativas, diz Citi..... 18

Título: Curta..... 19

VEÍCULO: O Globo**Seção: O País****Autor: CATARINA ALENCASTRO, EDUARDO BARRETTO E LETÍCIA FERNANDES****Título: Delação de Geddel é principal fator de risco contra Temer na Câmara**

Crise entre partidos da base também será obstáculo para o presidente

-BRASÍLIA- O discurso do governo em relação à segunda denúncia apresentada pelo Ministério Público contra o presidente Michel Temer, por formação de quadrilha e obstrução à Justiça, dá como certo o mesmo destino da primeira: o arquivamento. Mas, apesar do clima confiante no Planalto, aliados de Temer admitem que obstáculos podem tumultuar a votação da nova peça acusatória do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Há vários pontos a favor do governo: a reviravolta do autogrampo da delação da JBS, a retomada, ainda que lenta, do crescimento da economia, e denúncias contra nomes de PT, PP e PMDB por causa do chamado “quadrilhão”. Além disso, quanto mais perto fica do fim do mandato de Temer, menor a disposição de enfrentar uma nova troca de presidente em tão pouco tempo.

No entanto, alguns percalços que não existiam no início do mês passado agora contribuem para um mau momento de Temer junto aos deputados que irão avaliar a denúncia. O problema mais grave é a possibilidade de uma delação do ex-ministro Geddel Vieira Lima, amigo íntimo do presidente desde a década de 1990. Os dois atuam juntos, desde o governo Fernando Henrique, comandando o grupo do PMDB na Câmara.

A descoberta do apartamento onde Geddel guardava R\$ 51 milhões em dinheiro vivo acendeu o alerta no Planalto. A expectativa é que, em uma eventual delação, Geddel diga que os recursos tinham também outros donos e detalhe esquemas de corrupção de seu grupo político. Além dessa preocupação, a crise entre partidos da base se ampliou na Câmara.

O DEM do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (RJ), está em pé de guerra com o PMDB de Temer, em torno de uma disputa por quadros e alianças nos estados, já com vistas à campanha de 2018. A briga se deu por causa da ida do senador **Fernando Bezerra Coelho e do seu filho**, o ministro Fernando Coelho Filho, para o PMDB.

Inviabilizados no PSB, que rompeu com o governo, os dois vinham negociando o ingresso no DEM. As conversas estavam avançadas e, segundo quem participou da negociação, o presidente do PMDB, Romero Jucá, e Temer garantiram ao comando do DEM que não iriam tentar “roubá-los”. A filiação de pai e filho foi sacramentada há pouco mais de uma semana.

E o DEM, sentindo-se traído, prometeu vingança. O líder do partido na Câmara, Efraim Filho (PB), declarou que o partido não se sente mais comprometido a votar com o governo em nenhuma matéria daqui em diante e ameaçou “dar o troco”. A guerra já teve novos capítulos, como o convite para que o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Rodrigo Pacheco (MG), troque o PMDB pelo DEM.

A votação da segunda denúncia seria outra oportunidade perfeita para dar seguimento à rixa. No processamento da primeira denúncia na Câmara, o DEM foi um aliado fundamental para a vitória do governo. Dono de uma bancada de 31 deputados, o partido contabilizou apenas seis traições na votação que arquivou a acusação de Janot de que Temer participou de atos de corrupção.

DESGASTE DA PRIMEIRA VOTAÇÃO

Maia, que é o sucessor natural de Temer, caso esse seja investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), cumpriu na ocasião a promessa de não trabalhar para angariar votos contra o presidente e em favor de ascensão Planalto. Um aliado próximo a Maia diz que a situação mudou e, enquanto Jucá for presidente do PMDB, o presidente da Câmara não tem condições de pedir votos para salvar Temer dentro do seu partido. — O clima não está bom para o Michel.

No Congresso ainda é palpável o desgaste da primeira votação, e, com a eleição chegando, todo mundo quer se distanciar — diz um aliado de Maia. A avaliação de pessoas próximas a Temer é que ele não contará com vitória fácil, já que o governo ainda não reorganizou a base após o desgaste sofrido por quem votou pelo arquivamento da primeira denúncia.

Arma na primeira guerra, os cargos também não são mais tão atraentes. — Quem quer cargo em um governo que é aprovado por 3% da sociedade. Quem quer ser ministro? — questiona o deputado Marcos Montes (PSD-MG). Embora o Planalto acredite que a revisão da delação da JBS e a prisão preventiva dos delatores ajudem a enfraquecer a acusação, um interlocutor pondera que Temer deve conseguir menos votos na Câmara.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Odebrecht vende fatia de negócio na Argentina**

Construtora saiu de projeto de trens subterrâneos

-BUENOS AIRES- A Odebrecht vendeu sua participação em um megaprojeto argentino de trens subterrâneos. A empreiteira possuía uma fatia de 33% em uma obra para soterrar uma linha de trem para integração da capital Buenos Aires com a região Oeste da cidade. A informação foi repassada à agência de notícias Reuters por uma fonte e confirmada pela empresa na tarde de ontem.

“A Construtora Norberto Odebrecht confirma sua saída do Consórcio Nuevo Sarmiento. A operação, realizada entre empresas privadas, faz parte da reestruturação de sua atuação na Argentina para uma melhor eficiência operacional”, disse a empresa em nota. Em meados deste ano, a Justiça argentina, que investiga a Odebrecht por casos de subornos, inabilitou por um ano a empresa brasileira de participar de licitações de obras públicas.

“Presente há 30 anos consecutivos, a Odebrecht planeja continuar contribuindo para o desenvolvimento da Argentina de forma ética, integral e transparente”, afirmou a empresa.

INVESTIGAÇÕES EM MAIS PAÍSES

A empresa brasileira está sendo investigada por pagamentos de suborno nos Estados Unidos, Suíça e vários países da América Latina, além do Brasil, onde é uma das investigadas pela Operação Lava-Jato. No mês passado, a Odebrecht assinou acordo com um consórcio liderado pela China Three Gorges Corporation (CTG) para a venda da **central hidrelétrica de Chaglla, a terceira maior do Peru, com potência instalada de 456 MW.**

“Chaglla é uma obra emblemática da infraestrutura de energia peruana. Com altura superior a 200 metros, é uma das maiores barragens de rochedos com face de concreto do mundo. Sua capacidade de geração correspondente a cerca de 10% da capacidade hídrica total instalada e 4% da produção total de energia do país, informou a empresa.

Com a venda da usina peruana, a Odebrecht já conseguiu levantar cerca de R\$ 10 bilhões, dos R\$ 12 bilhões previstos em seu plano de desinvestimento. O grupo já havia vendido a Odebrecht Ambiental, para os canadenses da Brookfield, e um gasoduto, também no Peru.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: FERNANDO VALEIKA DE BARROS COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DE FRANKFURT****Título: Montadoras ampliam investimentos para carros elétricos**

Tangidos por regras cada vez mais rígidas de emissão de fumaça e com baterias cada vez mais baratas, montadoras estão olhando para os motores elétricos como a mais viável das soluções.

Onipresentes no Salão do Automóvel de Frankfurt, na semana passada, carros com emissão zero mostram que vieram para ficar.

"A mobilidade terá de ser sustentável e limpa", disse o alemão Matthias Müller, presidente do grupo Volkswagen. "Está acontecendo uma transformação radical na indústria automotiva -e nós queremos estar entre os líderes deste processo". Müller anunciou investimento de € 20 bilhões (R\$ 74,762 bilhões) para que todos os carros do grupo, que reúne 12 marcas tenham opções limpas. Em oito anos serão 50 novos elétricos e 30 híbridos. E 300 modelos com propulsão elétrica até 2030.

As mudanças no setor são impulsionadas pelos limites cada vez mais apertados de emissão de poluentes. Em 2021, 95% da frota de cada montadora terá de emitir no máximo 90 g/km de CO₂.

A multa por grama excedente será de € 95 por grama excedente -e por carro. Apesar da geração atual de motores a combustão ser a mais eficiente já criada, só com motores elétricos (ou ao menos híbridos) os novos limites serão alcançados.

França e Reino Unido já anunciaram que carros com motor convencional não serão permitidos a partir de 2040.

Cidades como Atenas e Madri prometem banir os movidos a diesel a partir de 2025. Estes movimentos explicam porque carros limpos estão deixando de ser um nicho, com cerca de 1% do mercado.

Outras montadoras fazem movimentos similares. A BMW, que desde 2013 criou uma marca para seus híbridos e elétricos -a "i"- anunciou ofensiva para fazer 25 modelos híbridos e elétricos dentro de oito anos.

Harald Krüger, presidente mundial da BMW, prometeu que todos os modelos do grupo terão versões híbridas ou elétricas. Marcas do grupo já dão bônus a quem trocar carro a diesel por um que cumpra regras mais estritas.

"Lançaremos nove carros com motores elétricos nos próximos anos", disse. A Daimler -que controla a Mercedes-Benz-, anunciou que planeja oferecer versões híbridas ou elétricas para cada um de seus modelos.

A regra vale até mesmo para um superesportivo como o Project One, com mil cavalos sob o capô, mas dotado de motores elétricos nas rodas e sistemas de recuperação de energia derivados da F1.

A partir de 2020 a Smart, também do grupo e especializada em compactos, tomará uma decisão ainda mais radical: nenhum carro terá motor a combustão. "Fazer só elétricos é um passo definitivo", disse a CEO da Smart, Annette Winkler, a metros do protótipo Smart Vision EQ.

O protótipo terá sensores e um processador de inteligência artificial. "Dentro de alguns anos carros não precisarão mais de volantes ou pedais", diz a CEO. As transformações na indústria estão ocorrendo mais rápido do que se imaginava.

Segundo relatório da Bloomberg New Energy Finance, entre 2025 e 2030 o preço de carros movidos a bateria será competitivo com os de motor tradicional- e mesmo tirando subsídios da jogada.

Parte da competitividade vem do custo menor e da maior eficiência das baterias de íon de lítio, que caíram 65% desde 2010, para cerca de US\$ 300 o quilowatt/hora.

A expectativa da consultoria é que despenque para cerca de US\$ 73 em 2030. Sua previsão é que, em 2040, a frota de carros elétricos some 530 milhões pelo mundo

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Carlos Eduardo Frickmann Young

Título: Ouro de tolo: RENCA e o futuro da Amazônia

O governo federal reeditou o decreto que abre à exploração a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), uma área de 4,7 milhões de hectares no nordeste da Amazônia, que representa a última grande fronteira mineral no Brasil. Não houve, ainda, alterações nos limites das unidades de conservação e

terras indígenas existentes na região. Contudo, o estímulo direto para uma atividade de elevado impacto ambiental trará graves danos para os importantes remanescentes florestais da região, inclusive em áreas protegidas.

O objetivo é expandir receitas para financiar desequilíbrios macroeconômicos e incentivar a expansão de atividades que, embora altamente lucrativas em termos privados, geram elevados custos sociais e ambientais. Essa decisão foi tomada, sem debate com a sociedade, por um governo marcado por sucessivos escândalos e liderado por um presidente a ser formalmente investigado por corrupção ao fim de seu mandato. Serão incentivadas atividades de mineração que pouco contribuem para a inclusão social, pois geram poucos empregos locais.

Além das áreas afetadas diretamente pela lavra, será necessário construir vias para escoamento mineral, com grande impacto em áreas de floresta hoje altamente preservadas. A chegada dos trabalhadores para a construção dessas vias trará doenças e outros problemas associados a esse tipo de projeto: violência, alcoolismo, prostituição e ruptura de estruturas sociais nas comunidades estabelecidas (ao contrário do que se pensa, a área em questão não é um território vazio de gente).

Isso explica por que tantas críticas ao projeto, justamente quando a cúpula política se esforça no Congresso Nacional para reduzir ao máximo as salvaguardas legais do licenciamento ambiental. O péssimo histórico do setor mineral tampouco ajuda, como revelado pelo gigantesco passivo para a sociedade deixado pelo acidente da mineradora Samarco, em Mariana (MG), em 2015, reflexo da péssima qualidade de sua gestão ambiental.

Tudo isso caracteriza o modelo de reprimarização da economia brasileira, cada vez mais dependente da agropecuária e mineração: a competitividade é baseada no acesso barato a matérias-primas e energia e na desconsideração dos custos socioambientais. Esse garimpo de recursos naturais reforça a exclusão social, com benefícios concentrados em um grupo pequeno de pessoas, mas a degradação ambiental é deixada para todos. O problema é agravado pela redução contínua de recursos orçamentários destinados à proteção ambiental, tornada cada vez menos efetiva após sucessivos cortes orçamentários.

O setor privado resiste a adotar medidas de internalização dos custos socioambientais, especialmente nos segmentos intensivos em recursos naturais, como mineração e agropecuária, e atividades intensivas em energia e poluição. A visão (falaciosa) de que crescimento econômico e preservação ambiental são essencialmente antagônicos ainda prevalece entre os tomadores de decisão. Em analogia à “teoria do bolo”, que argumentava que a concentração de renda era

necessária para o crescimento econômico, pode-se dizer que o princípio norteador da reprimarização é “preciso sujar o bolo para ele crescer; depois a gente limpa”.

Também há perdas econômicas. O último ciclo expansivo de aumento dos preços das commodities ocultou a tendência de longo prazo do comportamento dos termos de troca, mas, no período recente, é nítido que as commodities voltaram a um comportamento descendente em comparação com os produtos intensivos em tecnologia. Não há luz no fim da mina.

Por isso, a exploração de minérios na Renca não pode ser pensada de forma isolada, mas como mais um elemento do retrocesso no desenvolvimento brasileiro. Sob o argumento de resolver os problemas de curto prazo, voltamos aos ciclos coloniais de dependência de exportação de produtos primários, criando grandes passivos sociais e ambientais que cobrarão seu custo mais à frente. A conta, mais uma vez, será deixada para as gerações futuras pagarem.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Juliano Basile | De Washington

Título: Em meio a queixas sobre céus abertos e etanol, Temer e Trump se reúnem nos EUA

O primeiro encontro entre os presidentes Michel Temer e Donald Trump deverá acontecer na noite desta segunda-feira, em Nova York, em meio a pendências entre os países. O jantar entre os líderes terá o objetivo diplomático de aproximá-los e tornar fluída uma agenda que envolve, no curto prazo, a definição de um acordo sobre medidas de facilitação de comércio entre o Brasil e os EUA.

Existem, entretanto, pelo menos dois grandes empecilhos a atividades de companhias americanas no Brasil que estão causando incômodo a setores empresariais daquele país. Eles se queixaram à administração Trump, cobrando soluções perante o governo brasileiro.

A indústria americana do etanol pediu providências à Casa Branca para convencer o Brasil a retirar a tarifa de 20% sobre as exportações americanas. Baixada pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), em 23 de agosto, a tarifa brasileira já foi objeto de discussões nos departamentos de Agricultura e de Comércio dos EUA. O assunto ainda não chegou com força ao Congresso americano, porque o governo de Donald Trump pretende realizar esforços para convencer o Brasil a retirar a taxa.

A avaliação da indústria americana é que houve hipocrisia na imposição da tarifa, já que o Brasil defendeu durante anos o livre comércio de etanol, inclusive com o pleito para que os Estados Unidos retirassem um incentivo tributário para o produto, o que acabou acontecendo em 2011. "Agora vir com 20% de tarifa é hipocrisia", afirmou ao **Valor** Bob Dinneen, presidente da Associação de Combustíveis Renováveis (RFA, na sigla em inglês), a maior associação de produtores de etanol dos Estados Unidos.

Apesar de ser aplicada sobre o excedente de 150 milhões de litros vendidos por trimestre pelos Estados Unidos ao Brasil, a tarifa certamente terá impactos sobre os produtores americanos e poderá representar aumento nos preços aos consumidores brasileiros, pois reduz a competição no mercado interno.

A cota de 150 milhões de litros deverá ser ultrapassada, já que o nível das exportações americanas ultrapassou 1,2 bilhão de litros no segundo trimestre deste ano. Com isso, boa parte das exportações americanas de etanol vai sofrer uma taxa. Enquanto o governo Trump ameaçou outros países com os quais os Estados Unidos têm déficit comercial, como China e México, com tarifas de 20%, foi o Brasil que acabou impondo uma taxa nesse percentual a um setor da economia americana.

"A imposição de tarifa não faz sentido", lamentou Dinneen. "Ela afeta os consumidores brasileiros e dá um péssimo sinal para a comunidade de combustíveis." O próximo passo, segundo ele, é continuar o diálogo com autoridades brasileiras para convencê-las a revogar a taxa. "O Brasil ainda pode retirar a tarifa e, com isso, os EUA não precisariam retaliar. Mas, se o Brasil persistir, alguma resposta poderá surgir", disse.

Outro tema delicado na relação entre os países é o acordo de céus abertos ("open skies" em inglês) que prevê a abertura gradual de rotas internacionais para companhias aéreas dos dois países. Ele foi assinado pelos ex-presidentes Dilma Rousseff (PT) e Barack Obama, em março de 2011, durante a visita deste último a Brasília. No lado americano, o texto está aprovado e pronto para entrar em implementação. Os Estados Unidos possuem acordos deste tipo com 120 países.

Já no lado brasileiro, o Executivo demorou mais de cinco anos para enviar o texto para o Congresso. Isso só foi feito por Temer, em junho de 2016. Desde então, o acordo, que foi negociado inicialmente por Lula e assinado por Dilma, enfrenta a oposição do PT. O partido está obstruindo a votação do texto na Câmara dos Deputados. A razão seria a defesa de sindicatos de funcionários de companhias aéreas brasileiras, que temem perder terreno para as americanas.

A implementação plena do acordo de céus abertos não é consenso entre as companhias aéreas brasileiras. Gol e Latam Brasil, líder e vice-líder do setor na aviação doméstica e internacional, são favoráveis, enquanto Azul e Avianca defendem que outros temas da aviação nacional, como tributação, por exemplo, sejam resolvidas antes da flexibilização. Segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, a Azul tem atuado contra a aprovação do "open skies" junto a deputados na Câmara. O impasse na votação levou a uma situação curiosa: um projeto de interesse dos EUA no Brasil estaria sofrendo oposição por uma empresa cujo dono é um americano, o empresário David Neeleman.

A não aprovação do acordo afeta investimentos diretos de companhias dos Estados Unidos no Brasil. A American Airlines tem um projeto para construir um hangar no aeroporto de Guarulhos no valor de US\$ 100 milhões. O objetivo é aproveitar os horários que as aeronaves da companhia ficam estacionadas em Guarulhos - eles chegam a se estender por 12 horas - para fazer serviços de manutenção. Será o primeiro hangar de manutenção da American fora dos Estados Unidos.

A construção foi autorizada sexta-feira por uma portaria do Ministério dos Transportes e deverá começar dentro de algumas semanas. Porém, a ausência do acordo de céus abertos limita a quantidade de voos que a companhia pode fazer no Brasil e, portanto, reduz a capacidade de atuação do hangar.

Ainda não é certo se Trump irá mencionar essas pendências a Temer durante o jantar. Isso vai depender da fluidez do encontro e da pré-disposição do americano para fazer cobranças ao brasileiro. A crise política e econômica na Venezuela deverá fazer parte da conversa, porque outros dois presidentes sul-americanos foram convidados por Trump: Juan Manuel Santos, da Colômbia, e Pedro Pablo Kuczynski, do Peru.

Os dois países já têm acordo de céus abertos com os Estados Unidos. Já o Brasil permanece num clube de nações latino-americanas que limita voos aos EUA e mantêm restrições a investimentos americanos no setor aéreo, como Venezuela, Bolívia e Equador. **(Colaborou João José de Oliveira, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor:

Título: Presidente deve fazer substituição na Aneel

A pouco mais de um mês do fim do mandato do diretor José Jurhosa Junior na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em 30 de outubro, o mercado de energia já cogita e articula nomes para apresentar ao **Ministério de Minas e**

Energia (MME), aproveitando o momento de diálogo aberto criado pela pasta com o setor.

O ministério é comandado por **Fernando Bezerra Coelho Filho**, que recentemente migrou do PSB para o PMDB. O presidente Michel Temer, que este mês irá tentar barrar a segunda denúncia da Procuradoria Geral da República contra si, deverá arbitrar a escolha.

O cargo é muito cobiçado, pelo governo e o mercado, porque a agência é a única autoridade do setor que ainda não teve a oportunidade de mudança em seu corpo diretivo desde que Temer assumiu o poder, em maio do ano passado.

O **Valor** apurou que pelo menos seis nomes são cogitados para a vaga na diretoria. Além da recondução do próprio Jurhosa, que teria o apoio do ex-ministro de Minas e Energia e senador Edison Lobão (PMDB-MA), denunciado na última semana pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por suspeita de integrar organização criminosa, o mercado fala em outros cinco nomes.

O nome com mais força no setor é o de Marco Delgado, diretor da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee). Conta a favor dele sua experiência no setor elétrico e seu conhecimento profundo da regulação do mercado.

Outro nome cotado é o de Rodrigo Limp Nascimento, consultor legislativo da Câmara dos Deputados, engenheiro e mestre em economia. A escolha por seu nome seria estratégica, para ter no quadro alguém com bom relacionamento com o Congresso.

Correm por fora Ricardo Pinto Pinheiro, ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e ex-diretor da Agência Reguladora de Águas do Distrito Federal (Adasa) e dois integrantes do MME: Paulo Gabardo e Rutelly Marques da Silva, chefes da assessoria especial em assuntos regulatórios e em acompanhamento de programas estruturantes da pasta, respectivamente.

Após a definição da vaga de Jurhosa, as articulações no setor elétrico deverão continuar até o fim do ano. Isso porque em janeiro de 2018 terminará o mandato do diretor Reive Barros dos Santos, para o qual não é cabível a recondução.

Em agosto de 2018 terminam os mandatos do diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, e dos diretores André Pepitone da Nóbrega e Tiago de Barros Correia. Ainda cabe uma recondução para Correia. Pepitone está em seu segundo mandato. Já Rufino completou dois mandatos como diretor da agência e terminará no próximo ano seu primeiro mandato como diretor-geral.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Maria Alice Rosa | Para o Valor, de São Paulo****Título: Energia limpa facilita transição de modelo**

A transição para a nova economia encontra no Brasil a vantagem de ser um país com vocação para a produção de energias limpas. Atualmente, a participação das fontes renováveis na matriz energética está na faixa de 42%, de acordo com o boletim mais recente do **Ministério das Minas e Energia**. Em grandes companhias geradoras, como CPFL Renováveis, São Martinho e Vestas, o desafio de explorar todo o potencial disponível envolve modelos de gestão e de negócios diferentes dos adotados hoje no setor energético, além de mudanças regulatórias e incentivos direcionados ao segmento.

"As fornecedoras de energias não renováveis trabalham com grandes projetos, de prazo longo, enquanto nós 'colecionamos' pequenos projetos desenvolvidos em prazos curtos e que precisam funcionar de maneira integrada", diz o diretor-presidente da CPFL Renováveis, Gustavo Sousa. A empresa é líder na geração de energia renovável no Brasil, trabalhando com PCHs, eólica, solar e termelétricas movidas a biomassa. A capacidade instalada, de 2,1 GW, vem de 93 usinas. "Um de nossos maiores objetivos é integrar estas usinas e obter a maior eficiência possível."

Com este objetivo, a CPFL Renováveis investiu R\$ 4,5 milhões na criação do Centro de Operações Integradas, que até o fim deste ano deve concentrar todo o monitoramento de seus ativos de geração. "Desenvolvemos uma plataforma capaz de integrar tecnologias de diferentes fornecedores de equipamentos", diz Sousa. O prazo para que um projeto aprovado em leilão entre em operação é de até dois anos e meio, o que requer um acompanhamento rigoroso do cronograma de todas as etapas até o início da operação.

A gestão da produção é outro ponto sensível, em razão de as energias renováveis não serem produzidas 24 horas por dia - caso de solar e eólica. "Este tema tem impacto nas decisões de investimento. O Brasil não pode ter hoje uma matriz 100% renovável porque precisa de outros tipos de energia para cobrir estes 'buracos' que eventualmente surgem", diz Rogério Zampronha, CEO da Vestas Brasil & Cone Sul, dinamarquesa que é líder mundial no setor de energia eólica, com faturamento global de € 10 bilhões. Um meio de atacar o problema é dispor de um sistema de previsibilidade mais avançado. "Na Dinamarca, é possível saber onde e quanto vai ventar com 14 dias de antecedência e aqui isto só é possível 24 horas antes", afirma Zampronha.

Já a baixa frequência de leilões nos últimos anos interfere no gerenciamento dos negócios. Segundo o diretor comercial e de logística do grupo sucroalcooleiro São Martinho, Helder Gosling, um dos grandes pleitos do segmento de bioeletricidade é um programa de contratação regular de fontes de biomassa por meio de leilões. "Esta fonte já chegou a representar 32% do crescimento anual da capacidade instalada do país. Para este ano, a participação é estimada em 7%", segundo Gosling.

As estratégias empresariais dependem ainda da definição de regras claras e de uma política de incentivos para o setor. "Hoje a eólica vive sem incentivos, mas os demais segmentos precisam de estímulo econômico para ter massa crítica, volume, e tornar o país mais competitivo", diz Zampronha. "A indústria como um todo tem flexibilidade para atuar com qualquer mudança regulatória. Tudo isto está sendo discutido e é positivo. Mas é preciso que, além de clareza nas normas, elas sejam anunciadas com antecedência para que tenhamos tempo para desenvolver projetos", acrescenta Sousa, da CPFL.

As peculiaridades do setor de energia limpa têm efeito também no planejamento dos fornecedores. "A diferença entre trabalhar com geradoras de energia convencional e renováveis é o posicionamento de portfólio", explica o desenvolvedor de negócios para a área de energia distribuída da Siemens, Marco Navarro. Um exemplo na empresa é a produção de equipamentos de armazenamento de energia eólica e solar, que não têm produção firme.

A Weg informa, sem divulgar números, que investe fortemente nos segmentos eólico e solar. "Acreditamos no potencial do mercado a ponto de termos criado uma diretoria de novas energias, com destinação de recursos específicos para a área", conta João Paulo Gualberto da Silva, diretor da nova divisão. Um dos resultados é a criação de um eletrocentro, que serve para preparar a energia captada por módulos solares para ser distribuída, ampliando a densidade de potência.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Beni Trojicz

Título: Saúde, educação e os recursos do petróleo

Quando anunciada em 2007, a descoberta de petróleo no pré-sal brasileiro foi considerada um "bilhete premiado" que nos tornaria uma nação rica, com base na possibilidade de empregar a enorme quantidade de recursos em políticas públicas.

No entanto, a literatura de Economia Política problematiza uma visão linear entre quantidades substantivas do combustível fóssil e melhora nas condições econômicas, políticas e sociais de um país, com conceitos, como o da maldição dos recursos naturais ou *resource curse* de Sachs e Werner (1995). Ainda que seja possível vislumbrar os efeitos dessa maldição em aspectos da vida nacional recente, as mudanças recentes na legislação do setor representarão um choque de recursos positivo, mas limitado a poucas localidades, caso a questão da redistribuição federativa desses recursos não seja enfrentada.

A tramitação do novo marco regulatório para disciplinar a exploração do pré-sal, aprovado em 2010, inflamou a disputa sobre a divisão federativa desses recursos. Essa nova lei manteve a divisão aprovada pela Constituição de 1988, que privilegiou a descentralização dos recursos aos entes federativos mais diretamente relacionados à exploração. Isso implica transferências bastante mais volumosas aos Estados de São Paulo, Espírito Santo e, principalmente, Rio de Janeiro, bem como alguns de seus municípios litorâneos.

Representantes parlamentares de outros Estados, a grande maioria legislativa, promoveram mudança nessa legislação para que a divisão dos recursos passasse a nortear-se pelos critérios dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), que grosso modo beneficiam jurisdições mais pobres, mais populosas e situadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Essa questão foi tema de intensa disputa, que incluiu dois vetos presidenciais à redistribuição, um no governo Lula e outro no governo Dilma, bem como a derrubada desses vetos no Congresso. Finalmente, a redistribuição aprovada foi colocada em espera pela entrada de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4917) no Supremo Tribunal Federal em 2013, seguida de medida cautelar que suspende as mudanças, o que significa que a lei não vigora até que a matéria seja julgada.

Tamanha disputa se justifica na magnitude dos recursos em questão: os valores passíveis de distribuição, que se relacionam às receitas das participações governamentais passíveis de divisão federal, royalties e participações especiais, somaram quase R\$ 20 bilhões em 2016.

A tabela contrasta a possível mudança na atribuição dos recursos caso o STF rejeite a ADI. A distribuição federativa dos recursos varia conforme três elementos: tipo de exploração (onshore ou offshore), produtividade dos campos (campos pouco produtivos contribuem com royalties de 5%, podendo chegar a 10% no caso de campos mais produtivos) e tipo de regime fiscal de exploração (regime de concessão, partilha ou cessão onerosa). A análise concentra-se nos recursos auferidos com royalties até 5%, em explorações offshore e em regime de concessão. Para isso, compara a situação de maior concentração que ainda

prevalece e a de maior redistribuição que se encontra em suspenso até decisão do STF.

Um outro aspecto de enorme importância com relação ao uso desses recursos, diz respeito ao fim da discricionariedade, que torna obrigatório aplicá-los em gastos com Educação e Saúde, conforme a lei 12.858/2013. Cinco são as fontes nela determinadas. A primeira tem origem em royalties e participações especiais atribuídos à União cuja declaração de comercialidade é posterior a 3 de dezembro de 2012. A segunda tem as mesmas características da anterior, mas diz respeito aos recursos auferidos por Estados, municípios e Distrito Federal. A terceira estabelece que 50% dos recursos recebidos pelo Fundo social do pré-sal¹ tenham como destino as políticas públicas mencionadas, bem como a quarta fonte, de recursos da União que têm origem nos acordos de individualização da produção. A quinta é originada na parcela da União dos royalties e participações especiais em campos localizados no pré-sal com exploração regida por contratos de concessão² e contempla explorações que tenham declaração de comercialidade anterior a 3 de dezembro de 2012.

No entanto, a distribuição dos recursos vigente ainda favorece as jurisdições mais próximas à exploração, o que significa que alguns entes federativos recebam valores bastante significativos com a obrigação de aplicá-los em Educação e Saúde. Dessa forma, nessas poucas jurisdições, os recursos para essas duas áreas serão superiores às necessidades orçamentárias.

Nas jurisdições mais próximas à exploração, haverá recursos superiores à necessidade orçamentária

Segundo dados da ANP, no ano de 2016, dos R\$ 19,4 bilhões auferidos, R\$ 6,6 bilhões se destinaram aos 27 governos estaduais, sendo que 61% desse valor destinou-se ao Estado do Rio de Janeiro. Dos R\$ 5,6 bilhões auferidos pelos 5565 Municípios, 47% foram recebidos pelos 92 municípios fluminenses.

Caso esses recursos tivessem sido extraídos de poços com comercialidade posterior a dezembro de 2012, somente a segunda fonte de recursos especificada na lei 12.858/2013, os recursos recebidos por Estados e Municípios seriam 80% do total, de acordo à Lei 12.734/12, ou seja, quase R\$ 16 bilhões de reais para aplicação exclusiva em Educação e Saúde. No entanto, se valores continuarem a ser distribuídos de forma concentrada, pode-se esperar jurisdições com enorme abundância de recursos, enquanto outras terão pouca mudança na dotação recebida. Esse é um problema que teremos de enfrentar em breve.

1. Fundo de investimento criado no marco regulatório do pré-sal, por meio da Lei 12.351/2010.

2. Regime de exploração estabelecido pela Lei 9738/97, e que não rege explorações na província do pré-sal. Essas explorações resultam de concessões ocorridas antes da descoberta das reservas maciças de petróleo nesse polígono.

Beni Trojicz é professor visitante na Universidade Federal do ABC, autor do livro Política pública de petróleo no Brasil: da liberalização ao Pré-Sal, Elsevier, 2016.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Balanço da Usiminas ganha maior robustez e ações disparam no ano

Em uma conjunção positiva de cenário econômico melhor para sua área de atuação, liderança do mercado, salto nos resultados e poder de formação de preço, a Usiminas vive um ótimo momento. E suas ações refletem a situação, assumindo a liderança do Ibovespa, principal índice da B3, no acumulado do ano.

Durante 2017, até sexta-feira, os papéis preferenciais classe A da siderúrgica subiram 111,7%, de longe a maior valorização do Ibovespa. Em comparação com o restante do setor de aço, o desempenho também surpreende. Gerdau PN, por muito tempo a "queridinha" do mercado, sobe 12,8%. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que inclusive tem praticamente a mesma atuação da Usiminas, vê seus ativos em estabilidade no ano.

"Os fatores para o cenário da Usiminas estar mais positivo são bem objetivos", afirma Marco Saravalle, analista da XP Investimentos. "Vemos uma recuperação econômica e mais especificamente da empresa. Além disso, temos a questão societária, que há algum tempo não surge no horizonte. Parece que essa é uma questão que aparece mais quando a companhia dá prejuízo."

O valor de mercado da empresa mineira chegou a R\$ 12,75 bilhões, quase R\$ 5 bilhões a mais do que no fim do ano passado.

No lado dos balanços, a siderúrgica mineira caminha para ter o melhor resultado em sete anos. Nos 12 meses, até o fim do segundo trimestre, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) foi de R\$ 1,82 bilhão, o melhor em 13 trimestres.

Para 2017, a média de estimativas de Ebitda de BB Investimentos, Citi, Credit Suisse e J.P. Morgan chega a R\$ 2,04 bilhões. Desde 2010 o Ebitda não é tão alto. "Três meses atrás, o consenso do mercado era de que o Ebitda da Usiminas

ultrapassaria R\$ 2 bilhões em 2019. Essa previsão foi adiantada em dois anos por conta do que a empresa está entregando", diz Saravalle.

Sergio Leite, presidente da Usiminas, explica ao **Valor** como essa virada está ocorrendo. "Mobilizamos o chamado Grupo dos Dez, que buscava redução de custo nas usinas de Cubatão [SP] e Ipatinga [MG]; revisão de processos internos; corte de despesas com manutenção; renegociação de contratos de fornecimento; mudança da estrutura gerencial da empresa, que foi diminuída em até 25%; e trabalho na área comercial para aumentar receita com valor agregado", afirma.

Sobre o conflito societário dos controladores, Leite voltou a garantir que se dá bem "com japoneses e com italianos", referência aos dois principais acionistas da Usiminas - Nippon Steel & Sumitomo Metal e Ternium/Techint. "O conflito é público, mas não afeta em nada as operações e isso tem se refletido nos resultados", diz.

Além de toda a lição de casa, a siderúrgica ganha com a retomada do consumo de aço no país. O fôlego vem quase todo do setor automotivo, afirma Leite. Há leve recuperação na demanda por carros e um avanço das exportações, o que aquece o segmento de aços planos, no qual a Usiminas é líder.

De acordo com o Instituto Aço Brasil, nos 12 meses até julho o consumo aparente - vendas internas e importações - de laminados longos chegou a 7,37 milhões de toneladas, 22,4% a menos do que em 2015 como um todo. Para os planos, o nível foi de 10,63 milhões de toneladas - recuo de 8% na mesma comparação. O pior momento deste tipo de aço foi em meados de 2016; o de longos é agora. "Mas não acredito em alta do consumo de planos muito maior que 1%", prevê Leite.

Roberto Indech, analista da Rico Corretora, lembra que a Usiminas, como líder de aços planos e com o resultado muito mais indexado à economia nacional, é a que mais consegue se beneficiar da retomada. "Já no segundo trimestre vimos um balanço que foi um marco para a companhia, acima de qualquer expectativa".

Todavia, a CSN também é grande em aços planos. De acordo com Indech, o problema é que o momento da siderúrgica de Benjamin Steinbruch é totalmente diferente. Desde o terceiro trimestre do ano passado não apresenta resultados auditados, o que espanta alguns investidores, opina o analista. Tem piorado a posição de liquidez da empresa. Em 2018, terá de pagar R\$ 5,6 bilhões da dívida e possui caixa de R\$ 5,5 bilhões. A CSN negocia a rolagem desse valor.

Essa diferença é percebida nas recomendações do J.P. Morgan, por exemplo. A CSN é a única das siderúrgicas latino-americanas com indicação "underweight" - equivalente a venda. A Usiminas tem recomendação neutra.

A empresa mineira também se beneficia da série de reajustes que tem emplacado, seguindo a alta internacional. O preço do aço plano no país já subiu quase 30% neste ano. Leite não se arrisca a prever tendência, mas lembra que os estoques chineses ainda estão baixos e o consumo segue forte por lá. "O que posso dizer é que, com certeza, vamos seguir os preços internacionais."

Outra medida para impulsionar o resultado é exportar minério de ferro. A companhia está em fase final de preparação da área de flotação da Mineração Usiminas (Musa) e da reorganização da mina leste. O efeito cheio deve aparecer no quarto trimestre, afirma Leite.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Refinarias da Petrobras são atrativas, diz Citi

Os planos de parcerias e venda de ativos da Petrobras na área de refino têm potencial para atrair quatro tipos de investidores: fundos de investimentos, distribuidoras de combustíveis, companhias especializadas em refino e "traders" (comercializadoras internacionais) de derivados de petróleo, de acordo com análise do Citi.

No caso de fundos de investimento, o objetivo seria principalmente o retorno financeiro. Já para as distribuidoras de combustíveis, o interesse seria pela possibilidade de verticalizar e agregar valor às suas atividades. As empresas de refino mundiais teriam no Brasil uma possibilidade de crescimento de seus negócios, enquanto as traders poderiam investir em refino no país dentro de sua estratégia global de movimentação de derivados, segundo o banco.

"Tudo depende do formato e da modelagem de negócio proposto pela Petrobras", explica Pedro Medeiros, analista sênior de energia do Citi. "Uma coisa é certa: caso o mercado brasileiro venha a contar com uma gama maior de investidores e acionistas na área de refino, haverá uma mudança em potencial muito positiva no âmbito da governança [do setor]."

Para o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, o cenário de déficit doméstico de derivados de petróleo, com expectativa de aumento da demanda externa de combustíveis, é um fator de estímulo à entrada de novos 'players' no mercado

de refino brasileiro. Segundo ele, a tendência é serem concluídos investimentos nas refinarias do Nordeste (RNEST), em Suape (PE), e do Comperj, em Itaboraí (RJ), para depois surgirem investimentos em novas refinarias.

Com relação ao setor de exploração e produção de petróleo, a ANP estima investimentos de R\$ 845 bilhões nos próximos dez anos. Desse total, R\$ 585 bilhões são previstos para projetos novos relativos a contratos já vigentes, principalmente na construção de 22 novas unidades de produção petrolíferas. O outro montante de R\$ 260 bilhões é relativo a novos contratos que deverão ser fechados, a partir dos próximos leilões de blocos convencionais e do pré-sal, nos próximos anos. Nesse caso, a ANP trabalha com a previsão de construção de 17 plataformas.

Outro dado levantado pela ANP é que, do total de investimentos previstos no setor petrolífero até 2027, cerca de R\$ 344 bilhões deverão ser investidos na indústria fornecedora nacional. Desse total, R\$ 121 bilhões seriam aplicados em perfuração de poços e R\$ 125 bilhões em instalações "subsea" (submarinas). A quantia engloba ainda R\$ 32 bilhões em máquinas e equipamentos, R\$ 53 bilhões em construção, montagem e integração e R\$ 13 bilhões em engenharia.

Medeiros e Oddone participaram na última semana de encontro fechado com executivos da indústria petrolífera e investidores institucionais, no Rio. No evento, que reuniu cerca de 80 pessoas, foram discutidas oportunidades no setor de óleo e gás natural brasileiro. A avaliação geral, explicou Medeiros, é que o cenário é favorável para a realização dos leilões.

Também foram discutidos outros pontos, como a melhoria do ambiente contratual de forma a permitir à indústria encontrar novas formas de financiamento para atividades de exploração e produção. Uma dessas formas, disse Medeiros, é a possibilidade de agentes financeiros emprestarem recursos a projetos tendo como garantias reservas de petróleo e gás.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curta

Produção de petróleo

A Petrobras informou na sexta-feira que a produção média de petróleo no país em agosto chegou a 2,11 milhões de barris por dia (bpd), em linha com o volume verificado em julho, quando foram produzidos 2,12 milhões de bpd. Já a produção total de petróleo e gás natural no mês passado totalizou 2,72 milhões

de barris de óleo equivalente por dia (boed), sendo 2,61 milhões de boed produzidos no Brasil e 107 mil boed no exterior. O montante representa queda de 0,72% ante os 2,72 milhões de boed registrados no mês anterior -2,63 milhões de boed no país e 114 mil boed no exterior. A Petrobras ainda informa que a produção de gás natural no Brasil, excluído o volume liquefeito, também ficou praticamente estável.

MME / ASCOM .